MOBILIDADE DO TRABALHO E O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio

Doutoranda em Geografia - Universidade Federal de Sergipe
Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Universidade Federal de Sergipe – UFS
São Cristovão – Sergipe – Brasil
viladea@yahoo.com.br

A mobilidade do trabalho manifesta-se no modo que os homens submetem o seu comportamento às exigências do capital, mesmo que a intenção do trabalhador seja somente buscar melhores condições de vida. Portanto, toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada.

A acumulação capitalista produz mobilidade do trabalho e da população, ao mesmo tempo em que gera desigualdades sócio-territoriais. Diante dessa situação foi criada a expectativa de que, na cidade, o migrante teria um emprego que permanentemente o reproduziria na condição de trabalhador bem como sua família.

Assim, tem-se uma expropriação da vida pessoal, sendo, o trabalhador, obrigado a perder a sua identidade pessoal (SILVA, W., 2002) e a busca por melhores condições de vida fundamenta a maioria dos deslocamentos populacionais.

Entretanto:

> [...] para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES e ALVES, 2004, p.342).

A mobilidade da força de trabalho explorada e submetida responde efetivamente à mesma mobilidade dos representantes do capital, dos múltiplos portadores dos diferentes aspectos do poder que promove o domínio da ciência e da

técnica, incluindo o poder dos aparelhos de reprodução, o poder político, o poder do estado. (GAUDEMAR, 1977).

O capital não só provoca a procura de trabalho de que tem necessidade, mas produz também a oferta, pela criação ininterrupta de operários supranumerários. Assim, satisfaz às suas necessidades imediatas e futuras, num vasto movimento de especulação sobre a força de trabalho. Ainda segundo Gaudemar (1977, p.278),

> Os homens não se deslocam, portanto, [...] por melhores salários, mas para satisfazerem às exigências do capital, exigências que, porque o capital se estabeleceu como modo de produção dominante, são também as suas, isto é, as exigências de sua subsistência.

As atuais formas de organização do capitalismo incluem um padrão cada vez mais ordenado por meio da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo. Tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto, de informação e institucional.

A matriz urbana é também o principal *locus* do excedente da força de trabalho – o exército de reserva que se configura muito mais como exércitos de excluídos, mas que se pensado sob a ótica da tendência à ubiqüidade dos investimentos tem-se uma disponibilidade também ubíqua para atender à velocidade do fluxo de capitais e investimentos.

Assim, a mobilidade geográfica, mais do que um deslocamento espacial, compreende a todas essas determinações sociais, econômicas e políticas. Além disso:

> Os trabalhadores colocados à disposição do capital estão à frente de atividades não capitalistas para reproduzir a força de trabalho e da população ativa. Participam da exploração e da acumulação capitalista tanto quanto o trabalho diretamente ativo nem que para isso signifique constante e até freqüente mobilidade geográfica entre regiões e países e no interior das grandes metrópoles (ARAUJO, 2007, p.158).

O novo contexto inclui precarização do trabalho, desemprego, uma "nova pobreza" no processo de alienação e estranhamento. Que é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho temporário. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a

forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. (ANTUNES e ALVES 2004)

No entanto antes migravam apenas os pobres e os perseguidos, hoje migram também os executivos e escalões médios das empresas e que, apesar disso, vêem-se como privilegiados por terem conseguido inserir-se no mercado de trabalho. O capital insere no ideário dos trabalhadores a sensação de estarem sendo valorizados, enquanto sujeitos importantes para a sustentação das empresas e acaba provocando uma forte divisão entre os trabalhadores, entre os “privilegiados” do setor formal e os “excluídos” da oportunidade de serem explorados, ou seja, aqueles que ingressam na informalidade (CARVALHAL, 2001)

A reestruturação produtiva é o principal meio para consolidar essas mudanças no mundo do trabalho, cujos objetivos básicos são o aumento da produtividade, espelhada no aumento da competitividade e na redução do emprego direto. Segundo Sposito, E. (2006) como a mobilidade do trabalho é um fenômeno determinado pelas necessidades de valorização capitalista, isto implica, muitas vezes, em constantes movimentos populacionais pelo espaço, traçando novas espacialidades e territorialidades.

A urbanização tornou irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e estilos de vida. As alterações nos diversos setores da atividade humana no processo de produção de riqueza e miséria estimulam o movimento das pessoas que buscam emprego, terra ou domicílios-base atraídos pela esperança de uma vida melhor, acrescentando novos padrões e direcionamentos nesse processo.

O processo de urbanização junto à industrialização do território foi um evento importante e, sem dúvida, marcou sobremaneira as relações de produção, de trabalho e estreitaram as relações entre o campo e a cidade. Sob esse ponto de vista, evidente que não é possível desprezar a representatividade das funções urbanas, do modo como acontece a drenagem da renda agrícola para as cidades e sua influência sobre parte da população rural (ROCHA e PIZZOLATTI, 2005).

O espaço urbano está na centralidade, pois garante a articulação entre forma, função, estrutura e processo, sendo a dinâmica que se constitui como produto, condição e meio para as relações capitalistas de produção. (LEFÈBVRE 1999). Essa

centralidade também se define na articulação de diferentes níveis e escalas, sobretudo quando se compreende a constituição de redes num padrão não necessariamente concêntrico e que possui articulações definidas por fluxos. Portanto, não apenas a definição da centralidade no tecido urbano se dá pelos fluxos e é dinâmica, mas, também, a centralidade pensada na escala da rede, ambas podendo, conforme características e tempos sobreporem-se. (WHITACKER, 2007).

Com base nessa perspectiva, há um crescimento significativo das cidades contemporâneas e não tão formal, mas os recipientes de diferentes tipos de fluxos (fluxos de informação, capital, matérias-primas, entre outros) que tornam difícil determinar os limites dos mesmos. (BUSTAMANTE e VARELA, 2008)

A permanência de um efeito de atração das cidades é um fato incontestável que se verifica em todo mundo. Pires (2006) salienta que a cidade tornou-se um pólo que conduz ao seu redor outras atividades decorrentes da sua densidade humana, das infra-estruturas que se beneficia e do poder de compra que representa.

A aglomeração no espaço urbano permite a “aceleração do tempo”, ou seja, a “aglomeração/proximidade humana proporcionada pelo espaço urbano favorece e acelera a produção/difusão do novo”. (SPOSITO, E., 2008). Isso leva a uma reflexão:

> A cidade possui uma capacidade interna de articular, como sujeito ativo e não apenas como território de ocorrências de contradições, diferentes dinâmicas que, aparentemente, só ocorrem em escalas mais amplas, o que tem conseqüências diretas na cidade e nos fenômenos que nela ocorrem, tendo como sujeito definido aquele que está mais próximo, que pode ter suas manifestações em escalas geográficas mais amplas (SPOSITO,E., 2008, p.32).

A cidade deve ser compreendida como uma totalidade em constantes transformações e as modificações que ocorrem em locais específicos podem acarretar mudanças qualitativas em outras áreas. A cidade permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, albergando uma multiplicidade de redes, fluxos, de conexões, de projetos. Portanto, é importante,

> enxergar a cidade como uma totalidade, independente do seu tamanho ou de sua localização. Entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social, enfim, como o lugar da vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, além do trabalho e do consumo (ARROYO, 2006, p. 82).

A necessidade de uma visão estratégica da cidade em seu conjunto tornou-se imperativa para enfrentamento da crise social, daí o reconhecimento das cidades como indutoras do crescimento econômico.

A cidade sofreu então um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de tecido urbano, que acabou por carregar consigo o germe da polis e da civitas. (MONTE-MOR, 2006)

A queda do ritmo de expansão demográfica expressa o esvaziamento econômico e social das cidades grandes, uma vez que elas cresceram, anteriormente, atraindo populações do interior, das pequenas cidades e da zona rural (CLEMENTINO, 2002). A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto demográfica como espacialmente, aumentando as distâncias entre a área central e as novas áreas ocupadas.

O que ocorre é a especialização funcional das áreas e lugares que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Não só as grandes cidades crescem, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade de fluxos que chegam e saem de uma área.

As relações entre as áreas centrais e a estruturação de espaços urbanos expressam-se por meio de centralidades que se constituem em diferentes níveis e dimensões e, por esta razão, extrapolam a escala desses espaços. Este processo, dialeticamente, redefine os papéis e as articulações entre as cidades, na rede urbana regional, e são, por esta, modificados e redefinidos, de tal modo que as relações de concorrência e complementaridade tendem a determinar a localização dos meios de consumo coletivo.

A urbanização diferenciada estabelece uma tensão entre, de um lado, a máxima concentração espacial de atividades produtivas e população e, de outro, a máxima dispersão, refletindo a percepção dos agentes sociais empreendedores para investir capitais lucrativamente ou criar condições de lucros em lugares com perspectivas consideradas promissoras para as novas atividades. Nesse contexto se estabelece um equilíbrio relativo entre concentração e dispersão máximas, emergindo as cidades médias que podem ser assim consideradas:

> [...] como um estado transitório e também um lugar central na hierarquia regional que dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego,

> envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços (CORRÊA, 2007, p.29-30).

A partir do final da década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começou a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país.

Nesse mesmo período e com a crise de acumulação do capital implicando num processo de reestruturação produtiva, as cidades médias revestem-se de novos atributos que cada vez mais se apresentam como não mensuráveis sob os critérios quantitativos rígidos que historicamente consubstanciam a definição desta categoria de cidades. Nesse sentido:

> As redefinições atuais dos papéis das cidades médias se embebem de ordens e racionalidades globais e locais que se entrecruzam e se interpenetram visceralmente. Esse movimento atribui então novos papéis aos territórios não-metropolitanos frente ao processo de mundialização do capital, dentre os quais se destacam as cidades médias por apresentarem os requisitos necessários às novas necessidades de alocação do capital (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p. 210).

No Brasil, ao mesmo tempo em que as cidades médias dinamizam vários pontos do território, elas também capitalizam os recursos de centros urbanos vizinhos. Enquanto muito deles enfrentam precárias condições de existência, as cidades médias polarizam as atividades e recursos e promovem o esvaziamento das funções tradicionais em outras cidades do seu entorno. Portanto se alguns centros perdem nesse modelo de desenvolvimento comandado pelos agentes do capitalismo, outros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital. Desse modo, os espaços da cidade média cada vez mais se sofisticam e se diversificam, enquanto grande parte dos centros menores se vê privado de equipamentos, empregos e condições de vida.

A centralidade compreende um princípio de proximidade que resulta na estruturação das cidades médias como área ou região e é fundamental para o fenômeno urbano, segundo Lefèbvre (1999, p.109-124) além de ser a principal característica dessa categoria de cidade, uma vez que nela se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centro urbanos, a sua atuação como centro

de oferta de bens e serviços para sua área de influência e como nó de diferentes tipos de redes, funções que estão no cerne do conceito de centralidade.

A importância de uma cidade média tinha e ainda têm relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar e ter acesso ao consumo de bens e serviços. As cidades médias tiveram um aumento de participação nesse sistema urbano à medida que parte das cidades pequenas do país perdeu importância relativa, tanto demográfica como economicamente (SPOSITO et. al. 2007).

Para o desenvolvimento analítico da redefinição da centralidade nas cidades médias, Oliveira Júnior (2008) parte da hipótese de que, nas cidades médias, as novas áreas centrais são criadas para estas cidades se adaptarem e "atenderem" às mudanças decorrentes da dinâmica econômica a partir da mundialização do capital. Tal fato denota um processo de redefinição dos seus papéis, bem como revela, na maioria dos casos, a não funcionalidade e/ou incapacidade dos centros tradicionais em receber e "atender" às necessidades contemporâneas da reprodução e acumulação do capital, ou seja:

> [...] são os novos papéis determinados às cidades médias no processo de mundialização do capital que impelem nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando as cidades médias atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços pautados em novos fluxos, materiais e imateriais, de capital e mercadorias que reproduzem novos signos, idéias, valores, contradições, discursos, dentre outros (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p.217).

Segundo Oliveira Júnior (2008), essas cidades, além de situarem-se em localizações relevantes, possuem requisitos importantes quanto às redes de transporte e comunicação e exercem uma centralidade em nível interurbano sobre determinada contigüidade territorial, atraindo, portanto, consumidores, o que faz com que estes novos investimentos sejam rentáveis economicamente. Estes investimentos, ao se instalarem, reforçam a própria centralidade que estas cidades exercem, fato que inclusive otimiza a reprodução dos novos valores decorrentes da imposição do tempo hegemônico em outros espaços territorialmente descentralizados na rede urbana.

A centralização econômica relaciona-se à concentração e dela se distingue, pois decorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores

empresas, por possuírem maiores escalas de produção em relação às menores (SPOSITO, M., 2007).

Do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel dos pólos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar em virtude que o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, diante das melhorias dos transportes, inclusive, com o aumento de veículos próprios, bem como a freqüência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se, assim, no âmbito da região e marcam e são marcadas pela existência de um espaço de continuidade territorial cuja configuração é a de uma área.

A localização dos fixos resulta na forma espacial da cidade. Esta forma remete à realidade percebida e vivida e liga as pessoas às suas práticas cotidianas gerando sistemas complexos (GUSMÃO, 2009). No entanto, a materialidade dos fixos pode remeter não apenas ao real, mas à subjetividade que se pode perceber de formas diferenciadas ganhando papel simbólico e funcional.

O segundo nível é definido pela teia de relações com espaços urbanos de maior importância e/ou outros de mesma importância, potencializada pela situação geográfica de uma cidade média, segundo as facilidades para a drenagem da produção regional e para o abastecimento pela entrada de mercadorias, sobretudo industriais, produzidas em outros subespaços, na escala nacional e internacional. Diante do exposto:

> [...] é cada vez mais enfatizada a necessidade de que os governos locais, em conjunto com entidades da sociedade civil, interfiram na dinâmica econômica e construam projetos capazes de gerar um maior dinamismo das atividades econômicas e maior redistribuição de riqueza e da renda (CLEMENTINO, 2002, p.122).

As cidades médias têm seus papéis alterados nesse processo e têm em função das situações geográficas mais ou menos favoráveis e atraentes aos investimentos externos e iniciativas de atores locais e regionais, maior ou menor capacidade de se integrarem de forma mais ampla às novas formas de configuração de relações em múltiplas escalas (SPOSITO, M., 2007).

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locacionais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado, bem como elementos

de infra-estrutura. (CORREA, 1997). Tal desenvolvimento suscita também o aparecimento em maior ou menor grau, de atividades de controle e apoio ao funcionamento da economia, isto é, visando assegurar a reprodução das condições e relações de produção.

A distribuição varejista e da prestação de serviços para centros urbanos menores e áreas rurais, que envolve em aparência um fluxo de uma localidade central para a sua área de mercado, é em sua essência um fluxo de drenagem. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de mais nada, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se (CORREA, 1997).

Entretanto, deve-se observar a necessidade de olhar também para espaços, cujo significado para o capitalismo e para a sociedade parece menos evidente. Devem ser consideradas as dinâmicas desses outros espaços uma vez que são faces diferentes dos mesmos processos, com implicações compartilhadas. (ENDLICH, 2009). Portanto, trata-se de ler no espaço produzido que tendem a reforçar o processo de mobilidade espacial da sociedade, visto tão somente como fonte de mão-de-obra. Na perspectiva do capital, é isso que a sociedade representa, prescindindo de outras tantas dimensões e valores, inclusive, dificultando a produção de uma espacialidade onde impere a escala humana.

A circulação diferenciada do excedente cria uma hierarquia entre os lugares. Como as formas de utilização do excedente são decididas ora pelas empresas, ora pelo Estado essa hierarquia está em permanente mudança, em função das estratégias definidas por esses agentes, ao passo que a procura de lugares mais rentáveis por parte das empresas será uma constante. Portanto,

> A produtividade espacial revela assim a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial. Haverá lugares que ofereçam às empresas uma produtividade maior ou menor em função das virtualidades, que provenham de intervenções políticas ou técnicas. (ARROYO, 2006, p. 78).

A produtividade espacial, assumida muitas vezes por cidades médias ou pequenas que entram na batalha da competitividade, evidencia uma questão de economia, mas, também, de política e do exercício do poder.

Essa rigidez tem conseqüências sobre a forma urbana, repercutindo sobre o tamanho da cidade e ampliando a tendência às especializações funcionais, com a

desvalorização mercantil e o envelhecimento precoce de certas seções do espaço urbano (SANTOS, M., 2002).

As cidades médias podem ser identificadas no Brasil como “centros de intermediação”, adquirindo novos papéis frente à atual organização territorial (PEREIRA et al 2005).

As novas dinâmicas de consumo e produção que se estabelecem nos espaços urbanos e regionais influenciam e são igualmente condicionadas pelos arranjos territoriais e pela seletividade intra-regional contemporânea: de um lado, a desconcentração espacial de indústrias e de população que tem favorecido a exploração de novos “focos exportadores”, valorizando as diferenciações intra-regionais e não mais a região como um todo; de outro lado, a concentração de investimentos, considerando os novos requisitos locacionais da acumulação flexível.

A cidade brasileira, como um espaço contraditório por excelência (SILVA, J., 2005) ajusta-se as condições do mundo globalizado incluindo poucos, excluindo muitos num processo simultâneo. Baseados na crise estrutural do emprego em nosso país, com forte impacto nos municípios, é fundamental ampliar as atividades de serviços, considerando a forte presença do setor informal em nossa economia. Tais atividades estão concentradas, atualmente, em determinados eixos das cidades, através de grandes empreendimentos nas áreas centrais e sub-centros decorrentes da fragmentação da cidade.

Com a fundação das cidades no interior do Brasil, onde atualmente acontece a transformação da terra rural em terra urbana, há uma convivência entre as práticas conhecidas na produção da cidade e as novas tecnologias, tanto industriais quanto de comunicação. Essa imbricação de práticas dá as cidades recentes, características mais modernas em relação ao que se pode observar em pequenas cidades com forte herança histórica. (SPOSITO, E., 2008)

O setor terciário tem grande significado no âmbito das cidades médias, sobretudo na identificação redes geográficas que afetam diretamente às relações identificadas na estrutura territorial e estabelecem ligações das cidades médias diretamente com o exterior, sem a intervenção das esferas estadual e federal que freqüentemente apóiam tais atividades inerentes ao comércio exterior (PONTES, 2006).

A tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte (SANTOS, M., 2002). Créditos internacionais são postos à

disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base da vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais.

Portanto se alguns centros perdem nesse modelo de desenvolvimento comandado pelos agentes do capitalismo, outros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital (PONTES, 2006). São os espaços que em determinados momentos se mostram mais atraentes como objeto de investimento.

A cidade média é um importante nó na rede urbana (CORREA, 2007). O tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade e de atividades não básicas, voltadas essencialmente para o consumo da própria cidade.

O espaço opera enquanto força produtiva de importância para a reprodução do capital à medida que dá condições para a dinâmica do capital produtivo. A aglomeração característica dos ambientes urbanos não é fecunda apenas para a reprodução do capital. Esta forma espacial apresenta-se enquanto possibilidade de relações entre as pessoas e os objetos que estas produzem. Quanto maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo, ALVES, Geovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, maio/agosto, 2004 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br.> Acesso em: 19 mar. 2009.

ARAUJO, Ana Maria Matos**. Mobilidade Populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza**. 2007. 373f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

ARROYO, Maria Mônica. **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias.** In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BUSTAMANTE, Leonel Pérez; VARELA, Edison Salinas. Crecimiento urbano y globalización: transformaciones del área metropolitana de concepción, Chile, 1992-2002 **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografia y ciências Sociales,** Barcelona- Espanha, vol. XI, n 251, noviembre, 2007 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 07 jun.2009

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O engendramento da crise do capital nas redefinições no mundo do trabalho e na reconfiguração territorial. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v 2, n.2, p.215-222, 2001. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.> Acesso em: 09 mai. 2009

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Políticas públicas e promoção econômica das cidades. In: VALENÇA, Márcio Moraes, GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Globalização e desigualdade**. Natal: AS Editores, 2002

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). Cidades Médias. Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

ENDLICH, Ângela Maria. Centralização, concentração e primazia na política urbana. In: MENDONÇA, Francisco, LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza, SILVA, Márcia da (Org**). Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico.** Curitiba. ADEMADAN, 2009.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Espaço Regional e Ensino Superior em Vitória da Conquista – BA**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte. UFMG/Cedeplar, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR. Gilberto Alves. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 205-220, jun. 2008. Disponível em: < www.seer.ufu.br> Acesso em: 24 fev. 2010

PEREIRA, Ante Marília et al. Perfil intra e inter-urbano de uma cidade média: um estudo sobre Montes Claros/MG. **Anais** do Encontro de Geógrafos da América Latina- EGAL. Montevidéu – Uruguai, 2009

PIRES, Edson Luciano Silva. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas**.** In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROCHA, Fernando Goulart ; PIZZOLATTI, Roland Luiz. Cidade: espaço de descontinuidades. **ESTUDOS AVANÇADOS**. Instituto de Estudos Avançados. Rio Claro, 3(2), dez, 2005. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br.> Acesso em: 07 jun. 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo**. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Milton Santos; 1)

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade – eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geriages (Org). **Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005

SILVA, William Ribeiro da. O migrante sob a dominação do capital. Opressão e Impactos Sociais (ensaiando a reflexão). **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografia y ciências Sociales,** Barcelona- Espanha, vol. VI, n 119 (29), agosto, 2002 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 15 abr.2009

SPOSITO, Eliseu Savério. Mercado de trabalho no Brasil e no Estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org). **Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades.** São Paulo: UNESP, 2008

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, ELIAS, Denise, SOARES, Beatriz Ribeiro, et al. O Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica**.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias. Espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias. Espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

WHITASCKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias**. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografia y ciências Sociales,** Barcelona- Espanha, vol. XI, n 245 (24), agosto, 2007 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 07 jun 2009